

NEM TUDO O QUE ESCANDALIZA É ABERRAÇÃO: “*ERROR COMMUNIS FACIT JUS*”

Francisco Platão SAVIOLI¹

- **RESUMO:** O tema do certo e do errado em língua, que para os lingüistas é considerado com menosprezo e como uma falsa questão, é o que, na verdade, mais ocupa a atenção dos usuários do idioma em geral. O fundamento desse paradoxo pode provir da duplicidade do ponto de vista com que se considera a língua. Se para a língua, encarada como código, o erro não tem importância, o mesmo não se pode dizer quando ela é abordada do ponto de vista de fato social. O erro é encarado pelo lingüista como uma das virtualidades do sistema; pelo usuário, como causador de vergonha e medo. O silêncio do lingüista abre espaço para vozes menos credenciadas que implantam o medo e estimulam o sentimento de vergonha. Uma abordagem da correção lingüística com método e rigor científico é, pois, um grande serviço para os usuários e um bom negócio para autores e editores.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Correção; incorreção; norma; língua; variantes lingüísticas; código; certo e errado.

O certo e o errado em língua

Lá pelos idos de 1967, folheando um livro intitulado *Estudos filológicos (Homenagem a Serafim da Silva Neto)*, chamou-me a atenção a contribuição de R. F. Mansur Guérios: “Conceito do correto e incorreto na linguagem”.

1 Departamento de Comunicações e Artes da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo – USP – 05508-900 – São Paulo – SP – Brasil – platao@uol.com.br.

Tenho até hoje na lembrança a grande expectativa com que li o pequeno texto incluso numa coletânea em homenagem, como essa em que se inscreve este meu texto.

Na época, eu ainda não havia ingressado no curso de Letras. Como aluno da Faculdade de Filosofia da USP, dava aulas de Gramática no então Cursinho do Grêmio da mesma Universidade. Em todos os vestibulares, invariavelmente ocorriam as famosíssimas questões de correção de frases ou, como era costume dizer, correção idiomática. A mim me intrigava a ausência de suporte epistemológico para um tipo de atividade tão valorizado quanto era na época a correção idiomática. Era incômoda a arbitrariedade com que os gramáticos decretavam a correção ou a incorreção de usos da língua, ou o apelo a critérios tão desconhecidos quanto indefinidos.

Nessa condição de professor iniciante, não é de admirar o interesse com que me debrucei sobre as páginas daquele texto.

Devo confessar, entretanto, que a qualidade dos esclarecimentos oferecidos não foi proporcional à minha expectativa. O autor, dando mostras de um espírito mais curioso e reflexivo do que a média dos que tratavam do tema, não conseguiu, no entanto, elucidar, com a devida clareza e rigor, o “Conceito do correto e incorreto na linguagem”. Certas pistas e certos lances isolados abriam clareira sobre o assunto, mas, no geral, havia incongruências comprometedoras e lacunas teóricas desconcertantes.

Para dar idéia desses desacertos, transcrevo aqui as conclusões a que o autor chega ao final de seu texto:

Resumindo e concluindo:

1º) Há duas linguagens de finalidades diferentes – linguagem falada e escrita, inclusa a literária; portanto, há dois usos.

2º) Nesses usos é em que se deve assentar o critério de correção.

3º) Na linguagem oral das pessoas incultas, o correto é o que é claro, e o incorreto é o que é obscuro.

4º) Na linguagem falada das pessoas cultas, o correto é o que, além de claro, satisfaz o máximo número do meio geográfico e social onde vivem essas pessoas cultas.

5º) Na linguagem literária, é correto o que atende ao uso tradicional da mesma (*sic*), e incorreto o desvio da tradição. Apesar disso, não é possível estabelecer em conceitos inflexíveis o correto e o incorreto na linguagem literária, visto predominar aqui o lado individual, e, portanto, arbitrário. Onde, as sanções que se poderiam aplicar aos infratores, se às vezes são da mesma natureza da linguagem oral, outras vezes são completamente di-

ferentes, dependendo do consenso dos críticos. Contudo, há os que não reconhecem ou não admitem qualquer sanção no âmbito literário, porque não reconhecem nele nenhuma incorreção. Ou, admitindo incorreções, seguindo o critério tradicional, classificam-nas, todavia, como fatos estilísticos. (Mansur, 1967, p.228-9)

Convenhamos que os critérios oferecidos são pouco executáveis sobretudo pela falta de coerência e rigor.

Há, no entanto, um mérito nesse texto: a proposta do uso como critério de correção, embora não tenha sido claro na indicação de seus limites nem no modo de operar com ele.

Além desse, só muito mais tarde (lá pela década de 1980) caiu-me nas mãos outro texto sobre o mesmo tema, este muito mais desenvolvido e mais abalizado, de autoria do renomado lingüista Angel Rosenblat, a que farei referência mais à frente.

Apesar de esforços isolados, o que se pode dizer com certeza é que o tema do certo e do errado não foi ainda debatido a ponto de se ter chegado a uma solução satisfatória a respeito. Há ainda pendências a resolver e espaços vazios a preencher. E, sem dúvida, grande parte desse vazio se deve à omissão dos lingüistas.

De minimis non curat praetor

Parodiando Vieira, poderíamos perguntar por que andar o tema da correção gramatical tão ausente do discurso científico da lingüística contemporânea.

Ou é pela rebeldia do objeto, ou é pelo descaso do sujeito da investigação. Ou é pela rebeldia do objeto, que se não deixa aprisionar pelos corredores do rigor científico; ou é pelo desinteresse do sujeito, que, revoltado com as vilanias históricas a que esse tema se prestou, abandonou-o enojado. Ou é pela rebeldia do objeto, que, dada a sua complexidade, nunca poderá exaurir-se, ou é pela recusa do sujeito, que não dispõe mais do estoque da fleuma necessária para tolerar o ranço dos debatedores.

Paródias à parte, o tema da correção deve andar ausente dos modernos tratados lingüísticos, basicamente por exaustão dos lingüistas que, cansados de vê-lo tão sacralizado, dessacralizaram-no e condenaram-no

ao que poderíamos chamar de exílio epistemológico, negando-lhe competência para ser tratado como objeto de investigação científica.

Mas é importante dizer que esse desterro cognitivo não se justifica pela dificuldade de se tratar cientificamente o objeto de investigação. Na verdade, em nenhum momento da História da Linguística, os pesquisadores estiveram mais aparelhados para resolver com bases científicas a questão da correção em língua. Não é, pois, por impossibilidade de abordar cientificamente o tema que ele foi abandonado pelos lingüistas. Esse impedimento foi, por exemplo, a causa do abandono do tema da origem das línguas: a base documental disponível para confirmar as hipóteses de trabalho levantadas não permite que se avance nas pesquisas. Mas não é esse o caso do tema da correção. Com os modernos aparelhos de armazenagem e busca de dados, nunca foi tão possível verificar, mediante comprovação documental, a procedência de uma norma qualquer.

Apesar disso, os lingüistas não cuidam desse tema, sob a alegação de se tratar de uma questão menor: "*De minimis non curat praetor*".

Um caso de desobediência civil

O que de fato aconteceu, porém, foi que, exilado pelos lingüistas, o tema da correção não foi tratado com o mesmo desdém pelos usuários da língua em geral.

A língua é uma instituição humana que não se sujeita a decretos voluntaristas de quem quer que seja. O culto à correção ou o desprezo por ela não é um dado que aparece ou desaparece da comunidade lingüística por decisão de grupos isolados mesmo que sejam os mais credenciados. Assim como não cabe a um normativista decretar que a contravenção lingüística é uma aberração, também ninguém tem o poder de decretar o contrário, isto é, que ela é uma criação da fantasia popular ou da mistificação dos gramáticos.

O que de fato ocorreu foi um curioso paradoxo: o que é tido como uma falsa questão pelos lingüistas é na verdade o que mais atormenta o usuário em geral.

É o que diz a citação a seguir, do lingüista Angel Rosenblat (1967), extraída de uma comunicação sobre o tema da correção, num congresso internacional de Linguística:

Dá-se o estranho paradoxo de que o tema lingüístico que mais preocupa os falantes é o da correção ou incorreção – a cada momento se desencadeiam acaloradas discussões a favor de um caso ou contra ele –, e é o que menos interessa aos lingüistas, a ponto de muitos o verem com absoluto ceticismo e até com menosprezo.

Dessa citação, interessa ressaltar três pontos:

- a declaração de que a correção foi banida da investigação lingüística;
- o menosprezo dos lingüistas pelo tema;
- o reconhecimento de que o menosprezo dos lingüistas pela correção não encontrou reação correlata dos falantes.

Não é difícil compreender as razões desse paradoxo: elas decorrem do modo duplo com que cientistas e usuários se relacionam com a língua.

Da parte dos lingüistas, o banimento se explica como reação a uma postura que vinha prejudicando consideravelmente a abordagem científica da língua. Em primeiro lugar porque até o início do século XX, a hipervalorização da correção fazia que outros compartimentos da língua ficassem mergulhados na sombra. Esse ponto de vista excluía da investigação lingüística todos os usos tidos como incorretos (a incorreção era vista como degradação). Colocava-se, com isso, uma camisa-de-força no avanço dos conhecimentos lingüísticos.

Em segundo lugar, a arrogância dos normativistas, o arbítrio e o caráter discricionário de suas posições chocavam-se contra o espírito científico que começava a penetrar o território dos estudos da linguagem e contra os anseios igualitários de correntes políticas e sociais emergentes.

Bastam esses dois motivos para se compreender a reação contra o corretismo por parte daqueles que pretendiam estudar a língua sob o controle do método científico.

Estudos importantes foram usados para demonstrar a improcedência da suposição de que uma variante, no plano da funcionalidade do sistema, seja superior a outra. Essa equivalência no âmbito do sistema serviu de argumento para a dessacralização do falar correto e para o decreto do seu exílio. Tratar desse tema passou a ser considerado, como diz Rosenblat, até com menosprezo e ceticismo.

Mas, para a massa de usuários em geral, o tema da correção não é uma falsa questão. Pode ser uma questão falsa, cheia de equívocos, mas seguramente não é uma falsa questão. Falar errado pode causar grandes

embaraços para o falante em geral, desde a exposição ao ridículo até a perda de postos e de prestígio no cenário social.

Não há quem não tema “o olhar agudo e judicial” daqueles que se dizem insultados com os erros. A preocupação com a incorreção não é uma fobia imotivada. Provas é que não faltam para demonstrá-lo. Já Molière, em *Femmes savantes*, satiriza a patroa que despediu a empregada, não por ter quebrado um espelho ou roubado objetos preciosos, mas por ter ofendido seus ouvidos com desacatos às prescrições de Vaugelas.

A passagem de Molière (s.d., p.34-6) é especialmente saborosa para justificar a transcrição dos diálogos entre Crisale, um burguês, Filaminta, sua patroa (no verdadeiro sentido da expressão) e Martina, a criada, tida como transgressora:

CRISALE, a Martina:

Ai, ai marota! Isto vai mal!

A Filaminta

Foi pilhada em flagrante? É desonesta?

FILAMINTA

É bem pior.

CRISALE

Pior!!

FILAMINTA

Muito pior, digo eu.

CRISALE, a Martina

Como, patusca!

A Filaminta

Foi... será... hum!... se meteu?...

FILAMINTA

Tem, com cinismo o qual não pode ter parelha,

Após trinta lições, ferido minha orelha

Do modo mais brutal com a barbaridade

De um termo popular de baixa qualidade,

Que Vaugelas, sem mais à questão nos atermos,

Em seu manual condena em decisivos termos.

CRISALE

E isso é...

FILAMINTA

Quê! abalar, após mil advertências,

Em suas fundações a rainha das ciências,

A ordem gramatical que manda até nos reis?

E os faz com submissão respeitar suas leis.

O texto, que fala por si só, é modelar tanto para ilustrar a truculência do corretismo gramatical quanto para explicar que a incorreção – caricaturas à parte – pode custar um emprego.

O pior é verificar que as sanções impostas ao erro não são apenas uma caricatura da ficção, circunscrita às comédias do século XVII. Nossa história contemporânea tem casos similares na vida real. Estão ainda presentes na memória dos brasileiros as chacotas de que foi vítima o ex-ministro Rogério Magri, por causa da famigerada criação lexical.

Casos como esses, que se encontram a cada passo na nossa cultura, servem para demonstrar que a preocupação dos falantes com o falar correto não é mera fobia carente de bases objetivas.

Como as vozes mais credenciadas da ciência da linguagem não interferem na discussão por achá-la equivocada, abrem espaço para vozes oficiosas, em geral tão mais prepotentes quanto menos ilustradas. Com isso, o debate não se dilui, apenas muda de patrocínio: migra da cátedra para a tela de TV. A pergunta que se deve fazer é simples: quem se beneficia com o silêncio das vozes credenciadas? Com certeza, não são os usuários, que ficam entregues à desorientação e ao desgoverno dos que se autoneameiam legisladores do idioma.

Trata-se de uma situação similar àquela em que a comunidade científica zomba dos feiticeiros da tribo sem a preocupação de esclarecê-la de que o trovão não é o rugido das divindades insatisfeitas com a desobediência dos homens.

De nada vale os sábios decretarem a insignificância do erro lingüístico se não forem removidas as condições concretas que o tornam constrangedor. E é não só previsível como também verificável historicamente o fato de que o medo de transgredir as normas afeta sempre os que menos estão familiarizados com elas.

Manuel Bandeira (1986), do alto de seu refinamento estético, elogia saborosamente um tipo de erro muito comum no Brasil: "Não há nada mais gostoso do que *mim* sujeito de verbo no infinito. *Para mim brincar*. As cariocas que não sabem gramática falam assim. Todos os brasileiros deviam de querer falar como as cariocas que não sabem gramática".

A verdade nua é que o privilégio de se sobrepor às normas é uma prerrogativa daqueles que conquistaram esse direito, dando mostras de que o fazem, não por ignorância mas por um ato voluntário. Os que não atingiram essa condição, não se atrevem a romper com o estabelecido, chegando, muitas vezes, a transformar o medo do ridículo em um conservadorismo penoso e submisso. A esse respeito, é muito ilustrativo o

trecho que segue, extraído de uma carta de Monteiro Lobato (apud Rury, s.d.) a seu amigo Godofredo Rangel:

Apontas-me, como crime, a minha mistura do *você* com *tu* na mesma carta e às vezes no mesmo período. Bem sei que a Gramática sofre com isso, a coitadinha; mas me é muito mais cômodo, mais lépido, mais saído – e, portanto, sebo para a coitadinha.

Fica aí evidente a consciência de transgressão, a intenção de transgredir e a postura de superioridade do falante em relação às normas da Gramática, chamada pelo desdenhoso epíteto de “coitadinha”.

No mesmo trecho, mais adiante, Monteiro Lobato declara sua decisão de continuar desdenhando da Gramática e, com menosprezo, diz que não têm coragem de fazê-lo certos falantes como Macuco (apelido de um amigo comum de Lobato e Rangel, desconsiderado pelo excesso de conservadorismo). Eis o trecho:

Não fiscalizo gramaticalmente minhas frases EM CARTAS. Língua de cartas é língua em mangas de camisa e pé-no-chão – como a falada. E, portanto, continuarei a misturar o *tu* com *você* como sempre fiz – e como não faz o Macuco. Juro que ele respeita essa regra de gramática como os judeus respeitavam as vestes sagradas do Sumo Sacerdote. Logo, o nosso dever é fazer o contrário.

L(obato)

Não é preciso dizer que o ilustre escritor faz aí o papel daquele que adquiriu o direito de desdenhar da rigidez normativa da gramática e o Macuco, apelido em si mesmo revelador, o papel de escravo do rigor gramatical, reverente cumpridor dos seus preceitos.

Mutatis mutandis, é o que acontece em geral na prática social: ao vulgo, a lei; aos nobres, ora a lei... Como se vê, a questão da correção gramatical ultrapassa o domínio puramente linguístico e penetra no universo da Antropologia, da Sociologia e da Psicologia Social.

Estou certo de que, em boa medida, a vergonha e o medo são os dois sentimentos provocadores da fobia pela incorreção; o desejo de reconhecimento social está na base da obsessão pelo falar correto.

Para a perpetuação de fenômenos desse tipo, nada melhor do que a ignorância sobre suas causas e seus mecanismos de funcionamento. A falta de esclarecimento científico só tende a agravá-los e fazê-los provocar reações desproporcionais e desencontradas.

Quando digo desproporcional, quero dizer que certas coisas de menor importância passam a ser mais valorizadas do que outras de maior significado e vice-versa.

Um dos expedientes que pode colocar o debate sobre o erro num plano de maior objetividade científica é o esclarecimento de seu lugar no universo dos fenômenos lingüísticos e no das relações sociais.

O erro como fenômeno lingüístico

Do ponto de vista lingüístico, a noção de erro está indissociavelmente atrelada à noção de variabilidade. É a possibilidade de um mesmo sistema realizar-se sob a forma de múltiplas normas que dá origem a variantes lingüísticas distintas entre si. A existência de várias normas dentro de um único sistema é que coloca em questão a possibilidade de uma ser mais correta, mais elegante, mais lógica, mais evoluída que outra.

Se o sistema lingüístico fosse rígido e não admitisse mais que a uniformidade, o problema do falar correto e errado nem se colocaria, já que o certo e o errado pressupõem a existência de, no mínimo, duas variantes ou dois modos de falar diversos. Assim, a invariabilidade do sistema negaria ao erro qualquer condição de existência.

Prova disso é o fato de que os usos que são coincidentes em todas as variantes não trazem o menor problema para a correção. A impossibilidade, por exemplo, de pospor o artigo ao substantivo, no Português, não dá margem a erro.

O erro como fato social

Se, mesmo admitindo a variabilidade lingüística, não houvesse diferença de classes sociais, seriam quase nulos os motivos para se considerar uma norma mais respeitável que outra. Em outros termos, não haveria motivo para os falantes de uma variante lingüística considerarem a sua superior à de outros. Haveria diferenças de uso, mas todas elas desfrutariam da mesma respeitabilidade, estando ausente o estabelecimento de hierarquia entre os diversos modos de falar. Daí resultaria uma convivência harmoniosa entre as variantes, baseada no pressuposto de

que diferenças não são defeito. Falar de um modo ou de outro não seria, pois, motivo de constrangimento.

Esse dado pode ser verificado pelas variações regionais do nosso Português culto. No Senado, por exemplo, um senador gaúcho fala com marcas nítidas da variante de sua região sem ser molestado, o mesmo ocorrendo com mineiros, pernambucanos, cariocas, baianos etc. Quero crer que esse seja um argumento considerável para se comprovar a afirmação de que é a assimetria entre as classes que cria a impressão de que a variante da classe de maior prestígio é mais bonita, mais correta, mais elegante que a variante da classe de menor prestígio.

Pelas considerações feitas até aqui, parece não faltar fundamento para afirmar que a noção do certo e do errado não é apenas uma questão extralingüística, mera convenção social. É social, mas é também de natureza lingüística. O erro pressupõe duas condições de existência complementares: a variabilidade de normas dentro de um único sistema lingüístico, e a assimetria entre as classes sociais. Sem a existência de marcas lingüísticas típicas de cada variante, haveria um único modo de falar, o que excluiria obviamente a questão do falar correto e do falar errado. Isso prova que a noção de erro depende de fundamentos nitidamente lingüísticos.

Esses dados são importantes e indispensáveis não só para quem de-seja entender com mais precisão o tema do certo e do errado em língua, como também para traçar uma política de ensino de língua materna.

Além disso, é uma noção indispensável para diminuir os sentimentos de vergonha e medo entre os falantes. Cada falante poderá entender que as marcas de sua variante lingüística não são uma degradação da língua e motivo para sentimento de inferioridade. Assim como as classes de prestígio usam variantes regionais ou de situação sem se envergonhar delas, não há motivos reais para que as classes menos destacadas socialmente se envergonhem do seu dialeto.

A língua é ao mesmo tempo um código e um fato social

Quando se trata do tema do falar correto, duas noções são muito esclarecedoras: a língua é um código e também um fato social.

Por ser código, ela se define como uma estrutura formada de elementos que, combinados entre si, são capazes de gerar significados.

Nessa estrutura, tanto a escolha no eixo paradigmático quanto a combinação no eixo sintagmático concorrem para produzir significados.

Nessa dupla operação, é perfeitamente possível verificar que certas escolhas e certas combinações são praticamente indiferentes do ponto de vista do código e do sentido produzido, mas não o são do ponto de vista social.

Um exemplo corriqueiro pode ser este:

- O povo votaram mal.

É o tipo da frase que costuma ser considerada um escândalo para um normativista. Na verdade, porém, do ponto de vista do código, não há escândalo algum: como o sujeito é um coletivo, o verbo pode concordar com a forma gramatical do substantivo, ficando, portanto, no singular. Mas pode também concordar com a idéia, indo para o plural.

Do ponto de vista social, porém, no Português contemporâneo, não é indiferente o singular ou o plural. A norma, na variante culta escrita contemporânea, é a concordância com a forma do coletivo e não com a idéia. Sabe-se que nem sempre foi assim na história da língua. A preferência pela concordância com a idéia já teve lugar no nosso idioma. Ainda hoje, em certas circunstâncias, ocorre o plural. No grego clássico e mesmo no inglês contemporâneo, o plural é comum nesses casos. Daí se conclui que uma frase como “O povo votaram mal”, embora cause escândalo, não tem nada de aberrante.

Diante desses dados, cabe então a pergunta: se não é aberrante, por que a sensação de estranhamento e a impressão de escândalo?

Nesse caso a resposta não pode ser outra: por razão social, portanto extralingüística. Optar por um uso ou outro é indiferente para o código, já que, em ambos os casos, o funcionamento do sistema está preservado. Mas a imagem social do falante não é a mesma num caso e noutro. Um dos usos é mais prestigioso. E sempre se dá a constante de que o prestígio da variante lingüística confunde-se com o prestígio do grupo social que faz uso dela.

O fundamento da preferência por um dos usos é aquilo que Aristóteles, nos *Tópicos*, chama de argumento de atributo. Consiste na crença de que a característica de um semideus pesa argumentativamente mais, isto é, é mais valorizada do que a de um mortal. Em outros termos, o modo de falar da classe socialmente mais prestigiada é mais valorizado do que o do estrato social menos destacado.

É desse dado de natureza social que decorre a diferença de poder argumentativo entre as variantes lingüísticas. Do ponto de vista do sig-

nificado, o modo de falar do grupo mais conceituado pode ser equivalente a outro de um grupo de menor prestígio, mas, do ponto de vista da credibilidade, não há dúvida: pesa mais a variante típica do grupo mais destacado.

Um exemplo que cito de memória, com uns acréscimos feitos por conta própria, é o depoimento de dois falantes numa reportagem de televisão sobre o tratamento por ervas medicinais.

Perguntado sobre o tema, um camelô assim se pronunciou:

A cura pelas erva é uma boa. Primeiro porque elas é mais barata que os remédio. Segundo, tem uma coisa: se não faz bem, mal também não faz.

O pronunciamento de um fitoterapeuta:

A fitoterapia, em contraste com a alopatia, traz inequívocas vantagens: primeiro pelo seu baixo custo, segundo pela ausência de seqüelas comprometedoras.

Parece indiscutível a superioridade argumentativa da segunda variante.

Mas é preciso esclarecer que isso não é pela superioridade do código e sim pelo maior conceito de que desfrutam os falantes da segunda variante.

Nesse particular, há uma aproximação máxima entre língua e moda, língua e etiqueta social. A etiqueta é o diferenciador convencional da classe de maior prestígio. É um diferencial que a classe hegemônica faz questão de explorar para distanciar-se das classes consideradas inferiores.

O pior é que os integrantes das classes menos destacadas aceitam passivamente esses artifícios como verdadeiros indicadores de superioridade e se tornam muitas vezes entusiastas defensores dos usos da classe imediatamente superior, talvez até como forma de se mostrarem próximos dela. As outras formas de expressão são tidas como degenerescência daquela.

Uma tirinha do humorista Angeli, publicada na *Folha de S.Paulo* (8.4.1995), parece ter sido encomendada para ilustrar a grande aproximação entre língua e moda, língua e etiqueta social. São quatro quadrinhos em que uma garota vai fazendo estas declarações em cada um:

Quadrinho 1: Sim, eu amo o meu parceiro!

Quadrinho 2: Ele se vestia muito mal...

Troquei todo o seu guarda-roupa!

Quadrinho 3: Quando falava, comia os “esses”...

Tenho lhe ensinado como pronunciar todos os plurais!

Quadrinho 4: Acredito que logo, logo poderei apresentá-lo em público!

Do exposto, pode-se concluir que falar correto, tal qual tem sido compreendido pelos corretistas até aqui, é simplesmente seguir a etiqueta lingüística, a moda chique, aquilo que é considerado *fashion*, para usar uma expressão muito em voga.

O corretista, o normativista é, pois, um consultor de moda, o que vai dizer o que é *fashion* num dado momento da variante mais prestigiada.

Conceitos e preconceitos sobre correção gramatical

Um paradoxo curioso se dá na tradição de nossos estudos gramaticais: embora a prática da correção tenha sido em todas as épocas uma verdadeira mania nacional, não dispomos, em Língua Portuguesa, de uma teoria explícita sobre esse tipo de atividade.

Os cânones e os pressupostos que definem o certo e o errado em nossa língua vêm implícitos no próprio ato concreto da correção, subentendidos nos argumentos que os corretistas apontam para justificar as correções feitas.

Não deixa de causar estranheza o fato de que nenhum, dentre tantos normativistas que povoam a história da nossa língua, tenha-se ocupado de explicitar, num trabalho sistemático e consistente, os princípios e parâmetros da correção.

Todos eles operam com as categorias do certo e do errado sem a menor preocupação de defini-los.

O resultado mais desconcertante dessa anomia é o fato de que, a pretexto de zelo pela integridade do idioma, qualquer um se dá o direito de penalizar o outro, com base em princípios de validade no mínimo discutíveis, quando não completamente absurdos e insustentáveis.

Instaura-se nesse campo o império do arbítrio: o erro é um crime não prescrito, com penalidades não previstas, mas severas, decretadas por mero capricho de quem quer que se nomeie autoridade na matéria.

Já se chegou ao cúmulo de, na cidade de São Paulo, um vereador ter levado a sério o apelo de Aldrovando, a ridícula personagem central do conto “O colocador de pronomes” de Monteiro Lobato (1972, p.100):

– Leis, Senhores, leis de Dracão, que diques sejam, e fossados, e alcáceres de granito propostos à defesa do idioma. Mister sendo, a força res-

taure, que mais o baração merece quem conspurca o sacro patrimônio da sã vernaculidade, que quem ao semelhante a vida tira. Vede, Senhores, os pronomes, em que lazeira jazem...

Monteiro Lobato, por mais que conhecesse o lado folclórico do país, não haveria de imaginar que, um certo dia, na maior cidade do país, essa fantasia burlesca viria tornar-se realidade. Toda a carga de escárnio que o narrador investiu contra Aldrovando não impediu que ele ressurgisse na pessoa do vereador Vicente Viscome (aliás, cassado posteriormente por corrupção), autor do Projeto de Lei nº 922/97 que se transformou na Lei nº 12.530, de 9 de dezembro de 1997, publicada no *Diário Oficial do Município* de 10 de dezembro de 1997, p.1, col.1.

Eis alguns trechos da lei:

Determina que toda publicidade veiculada no Município de São Paulo deve ser elaborada estrita e obrigatoriamente em conformidade com as normas gramaticais oficiais da Língua Portuguesa.

Além de tudo, faltou-lhe assessoria para lembrá-lo de que a lei se torna praticamente inexecutável pelo próprio fato de não existir um código das *normas gramaticais oficiais* da Língua Portuguesa. Mas esse cochilo põe às claras uma suposição que todo mundo faz: que as normas da língua são decretadas por um corpo de legisladores credenciados.

E não faltam penalidades:

Art. 3º – Fica estipulada a multa de R\$300,00 (trezentos reais) para “out-doors” e de R\$100,00 (cem reais) para os demais meios de publicidade escrita, quando elaborada esta em desacordo com o disposto nesta lei.

Não é preciso dizer que até hoje não se teve notícia de nenhuma condenação por obra dessa lei surrealista.

Mesmo sem levar em conta lei alguma, o país anda repleto de fiscais do idioma, verdadeira patrulha, por sinal, muito atuante em vários tipos de cultura e em todos os tempos.

É preciso dizer, no entanto, que a maioria deles é movida muito mais por impulsos passionais ou por interesses outros que não o zelo pela integridade do idioma, sobretudo porque os erros apontados por essas patrulhas não constituem ameaça alguma para a integridade do idioma. A truculência e o furor com que investem contra o erro demonstram que está mais em jogo a desmoralização do transgressor ou o exibicionismo do fiscal do que o erro cometido.

A impressão que se tem é que se trata de alucinados à busca de um trono para exercer com a fantasia um poder que a realidade não lhes concede. Afinal, há certa sensação de superioridade no ato de corrigir o outro: só corrige quem sabe mais e quem sabe mais é superior. Deve ser essa a suposição que comanda a psicologia de quem vive do ofício de corrigir e apontar erros.

Muito antes de Molière, Erasmo de Rotterdam (1997, p.61) reserva um tópico (XLIX) do seu *Elogio da loucura* para satirizar aqueles que, “entre os mortais, se dão ares de sabedoria e cobiçam, como se diz, o ramo de ouro. Nos primeiros lugares estão os Gramáticos...”.

Pela voz da Loucura, satiriza com humor e às vezes com amargura os vícios e manias dos gramáticos, a quem chama de famélicos, sórdidos, tiranos, presunçosos e arbitrários: “Sabe-se que há tantas gramáticas quanto gramáticos, e até mais, já que meu amigo Aldo, sozinho, imprimiu mais de cinco” (p.62).

Com um ranço, uma presunção e uma arbitrariedade que vêm de séculos, não estranha que esses senhores tenham espalhado tanto temor e tanto desgoverno entre os cidadãos comuns. Colocando-se na condição de sábios sem o serem, nenhuma solução consistente foram capazes de trazer nem para aquilo que mais valorizam: a correção.

Esses desmandos e arbítrios tendem a se perpetuar enquanto não houver quem se disponha a colocar no devido lugar as idéias que os sustentam.

Etiqueta lingüística e diferenciação social

Os homens, apesar de toda a retórica da igualdade, apreciam a diferença. Tanto é verdade que, quando ela não existe, inventam-na. A etiqueta tem esse papel.

Não é à toa que o compartimento mais cultuado da língua seja a correção, porque falar correto é um índice marcante de pertinência ao grupo social de mais prestígio.

Um argumento forte para comprovar essa versão é o fato de que erros praticamente idênticos do ponto de vista do código são tratados de maneira diferente no plano social.

Tomemos um exemplo da escrita, variante altamente marcada por normas de etiqueta.

Escrever *jente** (com *j*) é escandaloso.

Escrever *girau* (com *g*) é tolerável.

Ora, do ponto de vista do código, o erro foi o mesmo: grafar o /j/ com uma letra não prescrita pela nossa ortografia oficial.

Mas do ponto de vista da etiqueta, um erro é mais grave que o outro. Simplesmente porque grafar *gente* (com *j*) é índice de pessoas semi-alfabetizadas. A frequência estatística da palavra *gente* é bem mais alta do que *jirau*. A maioria dos alfabetizados já gravou na memória a imagem visual de *gente* (com *g*). A grafia com *j* é chocante e tida como escandalosa, ridícula, ignorante...

O mesmo não se dá com a palavra *jirau*. A baixíssima frequência com que ocorre não foi suficiente para a gravação da imagem visual da palavra. Por isso a grafia com *g* não causa escândalo nem é percebida como erro.

Essa maneira de ver o problema é tão generalizada, que a maioria dos falantes, mesmo após explicações, não admite que, do ponto de vista estritamente lingüístico, o erro seja o mesmo.

Falar bem e falar correto

Outro mito que circula entre os falantes leigos ou “semi-especializados” é que falar bem seja equivalente a falar correto.

Na verdade, trata-se de uma decorrência do que se disse no item anterior e no item em que tratamos da linguagem como código e fato social.

Os aristocratas e seus simpatizantes (nunca faltam) ostentam como verdade incontestável a presunção de que seus atributos e hábitos sejam a expressão acabada do saber e do bom gosto e os propõem como modelo do bom proceder. Entre esses hábitos e atributos inclui-se o modo de falar, que não consideram como uma das múltiplas maneiras aceitáveis de se falar um idioma: para eles, são a única manifestação lingüística digna desse nome. O resto é a decadência: “*Après moi, le déluge!*”.

A aceitação generalizada dessa premissa pode ser demonstrada pelo próprio espectro lexical que serve de comentário para qualquer alteração da variante tida como modelar. Fala-se em “decadência do Português”, “crise no idioma”, “degradação da língua”, “insultos aos ouvidos”, “afronta contra o bom gosto”, “necessidade de saneamento lingüístico”, “erros crassos”, “vilipêndios lingüísticos”, “barbarismos visigóticos”, “linguagem de cabeças-de-bagre” etc.

Essa nomenclatura não é inventada: foi extraída de textos corretistas publicados sobretudo na nossa grande imprensa. O que a torna mais reprovável é o seu uso generalizado, até mesmo por pessoas que não se consideram preconceituosas ou racistas.

As citações que seguem são ilustrativas a esse respeito. Trata-se de trechos extraídos de um artigo de autoria de José Sarney, publicado na *Folha de S. Paulo* (5.3.1993, p.1.2) sob o título de "*Latim e Português*". Nele há várias passagens que denunciam crenças subjacentes a respeito do falar correto. Vou transcrevendo as partes que interessam e entre-meando comentários.

Li entrevista do filólogo Napoleão Mendes de Almeida. Perguntaram-lhe em que região do Brasil se fala o melhor português. Ele respondeu: "É difícil especificar, mas no Maranhão, certa vez, conheci um professor que, embora modesto, divertia-se conversando em latim com a filha. Isso é significativo.

Vou omitir outros comentários e ater-me ao que é pertinente ao item que está em discussão: a falsa pressuposição de que existe um falar correto em termos absolutos.

A primeira observação é que a pergunta feita ao "filólogo" comprova a difusão da crença de que existe, no país, um português melhor. A pergunta é taxativa: onde se fala "o melhor português"!

A resposta do "filólogo", surpreendentemente, aliás, não protesta contra o descabimento da pergunta e cita o Maranhão como o lugar do melhor português. A razão dada para a escolha "do melhor português" é digna de registro nos anais do nosso folclore lingüístico, mas não vem ao caso.

O importante desse parágrafo é a revelação de que um representante atual da aristocracia brasileira (José Sarney), um simpatizante ("o filólogo") e o povo em geral estão certos de que existe um único padrão de linguagem que se sobrepõe a todos os outros. Não fosse essa a crença, não teria sentido a pergunta sobre "o melhor português" do Brasil.

Vejamos agora um outro fragmento da coluna jornalística do ilustre membro da Academia Brasileira de Letras:

Já o professor de Português Mata Roma recomendava: "é necessário corrigir o texto com o olho na ponta do dedo, escorregando no papel. Vacilou, lá vem a cobra (o erro).

O erro é como a cobra, o veneno traiçoeiro que se infiltra insidiosamente para desqualificar o bom texto, que é – presume-se – aquele depurado do erro, o texto correto, portanto.

Em outros termos, deve-se deduzir que falar bem é o mesmo que falar correto.

Numa outra parte do mesmo artigo, o articulista expõe com toda explicitude o seu indisfarçado moralismo draconiano: pena severa aos transgressores da boa linguagem, isto é, da correção lingüística.

A verdade é que falar errado, no Maranhão, desfaz casamento e abala conceito. Ferreira Gullar afirmou que “a crase não foi feita para humilhar ninguém”, mas, no Maranhão, humilha mesmo. Já expulsamos um general, chefe da Casa Militar do general Dutra, porque fez uma nota oficial cheia de erros de português. Era um desrespeito ao Maranhão.

A primeira observação a esse trecho é o registro de que se opera com o conceito do certo e do errado com a maior serenidade, como se fossem conceitos unívocos, sobre os quais não pairasse nenhuma divergência. A segunda é que, vindo de um político que tanto zela pela sua imagem pública, esse comentário se torna duplamente revelador. Se tivesse qualquer dúvida da aceitabilidade dessa virulência contra o erro, ele não a exporia com esse ardor. A ênfase do “mesmo” (*humilha mesmo*) teria certo ar de escárnio elitista, não contasse o articulista com a adesão total dos seus (a) leitores. Isso é um sinal inequívoco de que estes aprovam irrestritamente esse seu ímpeto corretista como uma cruzada saneadora do bom idioma, ou como um esforço patriótico do falar bem e correto.

Diante de equívocos desse tipo, é inadiável a intervenção de vozes autorizadas que venham colocar as idéias no seu devido lugar e dizer que falar bem e falar correto são performances que não necessariamente se implicam.

Na nossa tradição, encontramos textos perfeitamente corretos e muito mal escritos; contrariamente, existem textos incorretos e muito bem escritos.

O trecho que vem a seguir, por exemplo, foi extraído de uma revista científica de uma grande universidade brasileira. O autor, obviamente, e a universidade, vou omitir. Creio que a grande maioria dos que lerem este trecho haverá de convir que não é a incorreção gramatical o seu grande defeito. A despeito disso, poucos, talvez ninguém, haverão de considerá-lo um texto bem escrito:

Este motivo explica parcialmente por que não vêm sendo integral e corretamente respeitadas as preconizações contidas no princípio da oportunidade que tem por objetivos: efetuar a prévia avaliação das condições da saúde local e sistêmica do paciente pela interferência sobre a nossa atuação profissional; avaliar as repercussões que a terapêutica proposta possa ter agravado as condições, já não normais, da saúde sistêmica.

Excluindo-se a redação esdrúxula da última oração, não há erros gramaticais nesse texto. Do ponto de vista da etiqueta social, ele não seria ridicularizado por ninguém. Mas é um texto mal redigido, exemplo de que a correção não é sinônimo de bom texto.

Exemplos contrários, isto é, de textos considerados errados pelo preceptismo gramatical e, no entanto, admiravelmente bem escritos, vamos encontrá-los aos montes na nossa literatura popular.

O erro como desmoralização

Um aspecto tragicômico do debate sobre correção e incorreção é a verificação de que a sanha corretista pode tornar-se um bumerangue, voltando-se contra aquele que o arremessa.

É ao mesmo tempo divertido e enfadonho observar os desdobramentos de polêmicas desse tipo: o lado divertido é certa satisfação de ver o feitiço voltar-se contra o feiticeiro; o enfadonho é notar quanto esforço despendido para esconder desavenças pessoais ou para preservação de uma imagem por pura vaidade.

O texto de José Sarney, de que transcrevemos algumas passagens páginas atrás, termina com estas palavras:

Agora mesmo, no município de Barra do Corda ... o enredo que o prefeito escolheu para o Carnaval era o brocardo latino: "*Vita ludus est*" (a vida é um jogo). Ora, aonde no Brasil se pode misturar latim e Carnaval? Só no Maranhão, graças a Deus!

No dia 19.3.1993, a mesma *Folha de S. Paulo*, na seção Painel do Leitor, p.1.3, publica a seguinte nota do professor Octavio Bueno Magano, professor titular de Direito do Trabalho da Faculdade de Direito da USP:

Latim e Português

Se, como diz o senador José Sarney, em artigo, sob o título em epígrafe, publicado na *Folha*, no dia 5 do corrente, falar errado, no Maranhão,

“desfaz casamento e abala conceito”, o dele próprio, senador, ex-presidente da República e membro imortal da Academia Brasileira de Letras, deve estar, agora, de rastos. Não se concebe, com efeito, que portador de tantos títulos, houvesse terminado artigo, sobre matéria tão melindrosa, com esta sincada: “Ora, aonde no Brasil, se pode misturar latim e Carnaval?” Aonde designa movimento (“aonde vais tu esbelto infante...?”). Onde significa, ao contrário, quietação (“...onde canta a jandaia nas frondes da carnaúba”). Vale dizer que o maranhense melhor se houvera se dissera: “Ora, onde no Brasil se pode misturar latim e carnaval?”.

Pondo de lado apreciações subjetivas, há nessa réplica um aspecto que merece registro: o debate sobre o correto e o incorreto, mais do que o simples zelo pelo idioma, traz implícita uma intenção de desmoralizar o poder argumentativo da voz do outro e expô-lo à ridicularização pública. Além de puro exibicionismo por parte daquele que corrige.

Prova disso é que José Sarney, fazendo uso do direito de resposta, mais do que depressa, compareceu, no mesmo dia, na mesma seção de seu contendor, para pôr-se a salvo das sanções que ele mesmo, José Sarney, recomendara dias antes. E, como também é comum nesse tipo de jogo, para não dar de perdedor, descobriu um erro de ortografia no seu opositor: em vez de escrever *cincada* (com *c*) escreveu com *s*.

Como se vê, as discussões se colocam a serviço de intenções bem outras que a mera defesa do idioma.

Todas essas considerações sobre o tema da correção e da incorreção não serviram senão para demonstrar sua complexidade. Tópicos de grande relevância ou foram apenas tangenciados ou simplesmente foram matéria omissa.

Não se tratou devidamente, por exemplo:

- da correção e seu poder argumentativo;
- do conceito científico de norma;
- da possibilidade de se tratar do problema da correção com base científica;
- do esforço inútil de se submeter a língua a decretos *a priori* (exceto no caso da ortografia);
- da crítica à suposição de que o erro é sempre substituição de uma norma por outra;
- da hipótese de se considerar o erro como um deslize de performance;
- da falsa suposição de que a simples troca de terminologia (usar adequação e inadequação em vez de certo e errado) resolva o seu caráter de discriminação.

Esses e outros tópicos, na verdade, exigiriam um livro todo dedicado a essa questão.

Espero, no entanto, que a discussão tenha servido para demonstrar que:

- a despeito da falta de fundamentos científicos, a sociedade vigia e penaliza o erro e, mais que o erro, os que erram;
- essa perseguição ao erro e aos que erram é tão arraigada na nossa cultura e praticada por pessoas dos mais variados níveis socioeconômicos, que, se há uma maneira de erradicá-la, não é com o silêncio das vozes mais credenciadas dos lingüistas e a cessão do espaço da arena de luta para os menos credenciados, tanto os leigos quanto os gramáticos preconceituosos;
- o abandono do tema da correção por considerá-lo irrelevante não o faz desaparecer, nem diminuir a sua audácia;
- em vista disso, melhor será tirá-lo da responsabilidade de uma cruzada de fanáticos em busca de reconhecimento social, e passá-lo para o controle de pesquisadores capacitados, comprometidos com critérios científicos vigiados por métodos aceitáveis;
- com absoluta certeza, uma posição competente diante de um campo de saber tão cheio de gratuidades e desencontros será um grande serviço à comunidade dos usuários em geral e um bom negócio para os prestadores desse serviço.

Por fim, quero declarar que não foi por acaso a escolha desse tema numa coletânea em homenagem ao professor Francisco da Silva Borba, trabalhador incansável, que já vem pelejando com as questões da norma, dentro de inspiração científica, com métodos de trabalho rigorosos.

A ele, pois, uma homenagem e um agradecimento pelo que já realizou e encorajamento pelo que vem ainda realizar.

SAVIOLI, F. P. Not everything that scandalizes is an aberration: "*error communis facit jus*". *Alfa (São Paulo)*, v.44, p.309-330, 2000.

- *ABSTRACT: The theme of the correct and the incorrect in language, which is viewed with contempt by the linguists and considered as a false issue, is what, actually, most occupies the attention of language users in general. The foundation of this paradox can come from the duplicity of the point of view*

under which language is considered. If for language, when viewed as a code, the mistake is not important, that is not true when language is approached under the point of view of social fact. The mistake is viewed by the linguist as one of the system's virtualities; by the user it is considered as cause of shame and fear. As regards the mistake, the linguist's unconcern gives way to less authorized voices which inculcate fear and stimulate the feeling of shame. A scientifically strict and orderly approach of correction in language is, therefore, useful to users as well as good business to authors and publishers.

- **KEYWORDS:** Correction; incorrection; norm; language; variation in language; code; right and wrong.

Referências bibliográficas

- BANDEIRA, M. *Seleção em prosa e verso*. 4.ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1986.
- KURY, A. da G. *Para falar e escrever melhor o português*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, s.d.
- LOBATO, M. *Textos escolhidos*. 3.ed. Rio de Janeiro: Agir, 1972. p.100. (Nossos clássicos, 65).
- MANSUR, G. R. F. Conceito de correto e incorreto na linguagem. In: _____. *Estudos filológicos* (Homenagem a Serafim da Silva Neto). Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro Ltda., 1967.
- MOLIÈRE. As sabichonas. In: _____. *Escola de mulheres*. Traduções integrais de Jenney Klabin Segal. Rio de Janeiro: Livraria Martins, s.d. v.1
- ROSENBLAT, A. El criterio de corrección lingüística. Unidad o pluralidad de normas en el español de España Y América. In: SIMPOSIO DE BLOOMINGTON, 1967, Bogotá. *Anais...* Bogotá: Instituto Cara y Cuervo, 1967.
- ROTTERDAM, E. de. *Elogio da loucura*. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.